



uff Universidade
Federal
Fluminense



Minuta 1

PLANO DE TRABALHO

Curso: Introdução à Política da Educação

Carga Horária Total: 60 h

Compreendendo o papel da universidade pública na formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na área de educação no país, principalmente contribuindo para a melhoria na qualidade do ensino público, e do Ministério Público na defesa da ordem jurídica e dos interesses da sociedade e pela fiel observância da Constituição, o presente Projeto de Extensão, realizado em parceria entre a Universidade Federal Fluminense e o Ministério Público do Rio de Janeiro, tem como objetivo promover o Curso de “Introdução à Política de Educação” para conselheiros dos Conselhos Municipais de Educação, representantes dos Fóruns Estaduais de Educação de Jovens e Adultos e Educação Infantil e promotores públicos do Ministério Público do Rio de Janeiro.

OBJETIVO GERAL:

Voltado especificamente para conselheiros dos Conselhos Municipais de Educação, representantes de Fóruns de Educação e integrantes do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, o curso tem como objetivo ampliar a discussão sobre as políticas públicas de educação no Brasil contemporâneo. Recuperando a história da educação no Brasil, procurar-se-á, com fundamentação histórica e filosófica, esclarecer de que forma os movimentos sociais tem contribuído para a sua ampliação, as lutas pelo reconhecimento da diversidade dos seus sujeitos, assim como evidenciar questões que condicionam as políticas de inclusão aos determinantes econômicos.

EMENTA:

O curso tem como objetivos a consecução de uma proposta de estudo que possibilite:

- compreensão das relações entre Estado e a Política Educacional a partir da confrontação de diferentes concepções teóricas;
- interpretação da política educacional, no conjunto das políticas sociais, como resultante de articulações em que se cruzam demandas internas e demandas exógenas, articuladas nacional e internacionalmente;
- análise da evolução da política educacional brasileira em articulação com o processo de desenvolvimento social brasileiro.

PÚBLICO ALVO:

Integrantes dos Conselhos de Educação, das Secretarias de Educação, dos Fóruns Permanentes de Educação e do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS, PROGRAMAÇÃO E AVALIAÇÃO:

O curso terá uma carga horária total de 60 horas/aula, assim distribuídas: (1) 12 (doze) horas presenciais, distribuídas em 3 encontros que corresponderão, cada qual, a 4 horas de atividade; (2) os encontros presenciais versarão sobre os temas relativos a Democracia e cidadania, Financiamento da educação e Controle Social na educação; (3) 48 (quarenta e oito) horas não presenciais, dedicadas a videoaulas, chats ou fóruns virtuais, leitura da bibliografia sugerida, realização das atividades propostas e produção de trabalhos sobre os temas apresentados.

Seguindo a metodologia de fórum de discussão, a partir da leitura prévia de textos básicos, o conteúdo programático do curso será distribuído, conforme programação abaixo.

Para avaliação do desempenho dos alunos, serão levados em consideração a presença e participação nas atividades. Ao final do curso, os alunos deverão apresentar um **trabalho** (artigo, fichamento ou resenha) explorando um dos temas apresentados.

Só será concedido o certificado para os profissionais que cumprirem o mínimo de 75% da carga horária prevista, participarem de pelo menos 2 (dois) encontros presenciais e apresentarem o trabalho de final de curso.

CONTEÚDOS PREVISTOS PARA O CURSO:

Introdução à discussão: Democracia e cidadania.

BRASIL. *LEI n. 9.394 de 1996 – Lei Darcy Ribeiro (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)*. Brasília, 1996.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: promulgada em 5 de outubro de 1988. 21. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1999.

IBGE. Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

VALLE, Lilian do. Modelos de Cidadania e Discursos sobre a Educação. *In: Revista Teias da Faculdade de Educação da UERJ*, ano 2, n. 3, jan./jun. 2001, p. 19-28 (Cidadania, Escola, Exclusão Social).

Políticas de Educação: o público e o privado no sistema de ensino brasileiro.

BONAMINO, Alicia Maria Catalano de. O público e o privado na educação brasileira: inovações e tendências a partir dos anos de 1980. *In: Revista Brasileira de História da Educação* n° 5 jan./jun. 2003

DOURADO, Luiz Fernandes; BUENO, Maria Sylvia Simões. O público e o privado em educação. *In: download.inep.gov.br/download/comped/politica.../Capitulo_IV.doc*

As políticas de educação na atualidade como desdobramento da Constituição e da LDB.

CORBUCCI, Paulo Roberto; BARRETO, Ângela; CASTRO, Jorge Abrahão de; CHAVES, José Valente; CODES, Ana Luiza. *Vinte anos da Constituição federal de 1988: avanços e desafios na educação brasileira*. *In: Políticas Sociais: acompanhamento e análise*. Brasília: IPEA, Volume 2, s.d.

Plano decenal de Educação e o Sistema Nacional de Educação.

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE).

SAVIANI, Dermeval. *Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação*. *Revista Brasileira de Educação*. vol.15 no.44 Rio de Janeiro maio/ago. 2010.

Financiamento da educação: o FUNDEB e outras fontes de financiamento da educação no Brasil.

BRASIL. *Subsídios ao Ministério Público para acompanhamento do FUNDEB*. Brasília: MEC, 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ACRE. *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Manual de Instrução*. 2ª Edição Revista, Atualizada e Ampliada. Acre: TCA, 2011.

O papel do controle social na implementação de política pública de educação no Brasil contemporâneo.

GOHN, M. G. M. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. Trabalho encomendado pelo Grupo de Trabalho Movimentos Sociais e Educação, apresentado na 33ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Caxambu (MG), de 17 a 20 de Outubro de 2010.

As contradições na formulação das políticas de educação: inclusão/exclusão, autonomia, cidadania, qualidade como consequência dos fatores legais e de financiamento.

RAMOS, Lilian M. Paes de Carvalho. *Educação das Classes Populares: o que mudou nas últimas décadas*. Revista Teias. Rio de Janeiro, ano 2, nº 3, jan./jun. 2001.

SHIROMA, Eneida Oto. A outra face da inclusão. *In: Revista Teias da Faculdade de Educação da UERJ*, ano 2, n. 3, jan./jun. 2001, pp. 29 a 37 (Cidadania, Escola, Exclusão Social).

Políticas de Educação e concepções de diversidade.

BRASIL. Conferência Nacional da Educação (CONAE). Documento final CONAE. Distrito Federal, 2014.

BRASIL. Conferência Nacional da Educação (CONAE). *Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação*. Distrito Federal, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA) / Ministério da Educação (MEC)*. Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009.

BRASIL. Conferência Nacional de Educação Básica (CONEB). *Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação*. Distrito Federal, 2008.

Judicialização da Educação.

Bibliografia (?)

Bibliografia complementar:

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DAVIES, Nicholas. *Financiamento da educação no Brasil: novos e velhos desafios*. São Paulo: Xamã, 2004.

FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (org). *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSHI, Mirza SEABRA. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Política, Gestão e Financiamento da Educação e as novas formas de regulação*. *Rev. Teoria e Prática da Educação*, v.7, n.3, p.359-365, set./dez. 2004.

SAVIANI, Dermerval. *A nova lei da educação: LDB – trajetória, limites e perspectivas*. 10ª Ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

SAVIANI, Dermerval. *O plano de desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC*. *Educação e Sociedade*, v. 26, n. 100, Campinas, out. 2007.

SEMERARO, Giovanni. *A construção do estado democrático e popular na época do poder imperial*. In: Goulart, Cecília; Selles, Sandra Escovedo; Rummert, Sonia Maria. (orgs.). *Dimensões e horizontes da Educação no Brasil - Ensaio em homenagem a Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Osmar Fávero*. 1 ed. Niterói - RJ: EDUFF, 2004, v. 1, p. 69-91.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda (orgs.). *Política Educacional*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SORJ, Bernardo. *A nova sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. *Política educacional no Brasil: introdução histórica*. Brasília: Líber Livro, 2007.

WEFFORT, Francisco (org.). *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 1994.